

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE ARTES VISUAIS

Ana Luiza Marques Vasconcelos Vieira

ENTRE LEIS E LIVROS: DESAFIOS DO ENSINO DE ARTE

Juiz de Fora
2019

ANA LUIZA MARQUES VASCONCELOS VIEIRA

ENTRE LEIS E LIVROS: DESAFIOS DO ENSINO DE ARTE

Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Oliveira Caetano

Juiz de Fora

2019

ENTRE LEIS E LIVROS: DESAFIOS DO ENSINO DE ARTE

Ana Luiza Marques Vasconcelos Vieira¹

RESUMO

Este artigo parte de algumas leis que regulamentam o ensino de arte no Brasil para refletir sobre como os livros didáticos, as escolas e professores as incorporam no dia a dia. O objetivo é fazer uma análise dessas questões por meio do relato da experiência da autora como professora/artista em escolas públicas. Através da análise de livros didáticos utilizados entre 2016 e 2019, pretende-se problematizar qual o lugar da arte na escola pública, levantando questões sobre interdisciplinaridade na escola, material didático, as várias interpretações de leis sobre a área e a formação de professores de Arte.

PALAVRAS-CHAVE: Arte. Artes Visuais. Ensino de Arte. Material didático. Livro didático.

ABSTRACT

This article is based on some of the laws which regulate art teaching in Brazil and aims to reflect on how didactic books, schools and teachers incorporate them in their daily routines. The goal is to analyze these issues by means of the account presented by the author of her experience as an artist/teacher in public schools. Examining didactic books used between 2016 and 2019, the intention is to problematize the space art occupies in public schools raising issues about interdisciplinarity in school, didactic materials, the various interpretations of the laws in this area and the qualification of art teachers.

KEYWORDS: Art. Visual Arts. Art Teaching. Didactic Material. Didactic Book.

¹ Bacharela em Artes Visuais com habilitação em Gravura (2014), pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais e Licenciada em Artes Visuais (2015) pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como professora de arte da rede pública e como artista visual. E-mail: ana.luzmvv@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante a disciplina Arte Brasileira e Interculturalidade, ministrada pela professora Renata Oliveira Caetano, na Especialização em Ensino de Artes Visuais, ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, ao ler um texto chamado “Para história (social) da arte brasileira”, de Francisco Alambert (2015), fui tomada por algumas reflexões, em especial sobre como a construção social da arte brasileira perpassa também a construção da história do ensino da arte no Brasil. No texto, o autor trata do “não lugar” do Brasil em termos de identidade e enquanto nação. Isso me reportou para o “não lugar” do ensino da arte dentro de nossas escolas. O jogo de entra Arte/sai Arte, ensino polivalente/ensino especializado, mudanças de leis e várias interpretações possíveis de como ter ou não ter essa área de conhecimento na escola, são algumas das inquietações que atravessam o cotidiano dos professores da disciplina.

A arte muitas vezes é colocada como área integradora de disciplinas na escola, responsável pela tal da interdisciplinaridade (e outros novos termos), como salvadora da pátria, a responsável por resgatar nossas crianças. Mas e as outras disciplinas, que só veem a arte como um meio de ensinar suas matérias? É válido? Talvez. Porém, muitas vezes a arte entra apenas com um papel decorativo e não há uma contrapartida: as outras disciplinas e seus profissionais não se esforçam para serem um meio de se ensinar arte também. Como, dessa maneira, é possível construir uma escola integradora de saberes?

Disciplinas isoladas já não são mais os pilares de uma escola. A educação tradicional está se desmantelando frente às novas gerações de alunos que são hiperestimulados o tempo todo. O desinteresse é visível nos alunos e algo permanente nas falas dos professores. Há coisas mais interessantes fora da sala de aula. Principalmente nos celulares e redes sociais, onde a construção de identidades é algo superficial e está à um clique. Há ainda que se ressaltar o acesso à muita informação disponível e sem restrições, caso os pais não imponham, ao mesmo tempo em que as crianças não têm formação suficiente para lidar com tudo isso.

Muitas vezes, na correria do dia-a-dia de uma escola, perdemos o tato e noção dessa situação. O tempo curto das aulas de 45 a 50 minutos, salas cheias, os planos de ensino para cumprir, as apostilas para liquidar, as reuniões, os módulos, os prazos, avaliações, projetos, entre tantas outras coisas. Em meio a tudo isso, às vezes, deixamos de colocar o foco nos estudantes. Preparamos eles para um determinado sistema de ensino, diferentes tipos de avaliação, de distintas instituições, ou seja, para o futuro e não para o agora. Perdemos o ser humano e as possibilidades de estabelecer “ações transformadoras”, reproduzindo modelos

metodológicos para modelos de pessoas, tentando assim, encaixar esses estudantes em uma “proporção áurea”, dentro do “retângulo de ouro” da sociedade.

Lygia Clark, segundo Alambert (2015), pensava o artista como “propositor de uma ação transformadora” e também é assim que penso ser o papel de docente. O professor como autor de suas próprias ideias, propositor e mediador de processos e construção de conhecimentos. Nesse contexto, o estudante deve ser percebido como eixo central da ação educacional, sem o qual o papel do professor perde significado.

Contudo, percebo que há um engessamento do ensino, empregado de forma sutil e aos poucos. Algumas ferramentas de diferentes ordens podem acelerar isso quando aplicadas de forma arbitrária. Discorrerei ao longo deste artigo sobre estas ferramentas, por meio de meu relato de experiência como professora de Arte em duas escolas públicas, para discutir qual o lugar da arte no espaço escolar e o lugar do livro didático nas aulas de arte. Optei por omitir os nomes das escolas, que aqui serão identificadas como Escola Verde e Escola Cinza.

DESENVOLVIMENTO

Foi uma conquista a arte ser reconhecida como área de conhecimento e ter Licenciaturas específicas em Artes Visuais, Dança, Teatro e Música no ensino superior, deixando para trás os cursos de Educação Artística, que eram polivalentes nas práticas de sala de aula. Na prática, muitos profissionais construía o seu currículo livremente, na maioria dos casos, priorizando a área de Artes Visuais. Será, que para atender ao novo documento de referência da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, haverá um retrocesso? Foi, inicialmente, através da leitura de editais de concursos - entre os anos de 2014 e 2019 - para professor de Arte em distintas instituições, que percebi o quanto esta área de conhecimento ainda é negligenciada no Brasil. Os concursos eram para prover professores em instituições federais, estaduais e municipais. Mesmo cobrando como conteúdo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, o Currículo Básico Comum – CBC – para o ensino de Arte - e, agora, a BNCC era possível perceber a polivalência em editais e avaliações que cobravam conteúdos específicos de Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, para todos os candidatos, independentemente de sua formação. Posteriormente, isso ficou visível também nas escolas onde atuei e nos materiais didáticos adotados por elas.

O material didático

A definição abaixo sobre material didático foi feita por mim anos atrás, com base no dicionário Houaiss, refletindo sobre os verbetes das palavras “material” e “didático”. Naquele momento, eu cursava Artes Visuais, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em uma disciplina da licenciatura chamada Laboratório de Material Didático com o professor Geraldo Freire Loyola.

Didático: “**2.** Destinado a instruir; **3.** Que facilita a aprendizagem”. Antes do material didático atender a essas duas definições ele precisa ser atrativo, despertar o interesse dos alunos. Cito ainda o seguinte verbete para a mesma palavra: “**4.** Que proporciona instrução e informação, assim como prazer e divertimento”². Essa é uma definição que por si só já amplia o conceito de material didático. Isto porque, na maioria das vezes, uma atividade didática ou o próprio material costumam ser sinônimos de monotonia, regras, algo a se seguir, sem muitas aberturas. Ao evocar prazer e divertimento, ele assume uma instância além do físico, do palpável, atingindo o estado de ativador para experimentação e fruição. Ele pode assumir, assim, uma função sensorial, que vai ao encontro de uma das definições da própria palavra “material”: “**5.** Relativo ao corpo humano; carnal, físico”; e, a partir desse contato físico, se tornar algo material e/ou imaterial.

O verbete “**13.1.** Conjunto de objetos, petrechos ou instrumentos indispensáveis ao desempenho de **atividades rigorosamente determinadas**, como, p.ex., o ensino. Ex.: <m. escolar> <m. didático> <m. cirúrgico>”³ (grifo nosso), para definição da palavra material, me traz outra reflexão, especialmente sobre trecho destacado: penso que o rigor está presente apenas em um primeiro momento da elaboração do material, porque a arte permite muitas possibilidades. É preciso estar aberto a possíveis mudanças de rota tanto na execução quanto na utilização daquilo que foi criado, pois nem sempre os alunos vão experimentá-lo da mesma forma. Então, em se tratando de material didático para o ensino de arte, não podemos focar em uma única rota e menos ainda, em um resultado. É preciso, portanto, valorizar o processo e a experiência.

Quantas são as possibilidades! A descoberta de formas distintas de se elaborar materiais e se ver capaz de fazer isso para além do livro foi surpreendente. Nela, investigação e poética

² Verbetes do dicionário online Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#6>>. Acesso em 20/04/2019.

³ Verbetes do dicionário online Houaiss. Disponível em <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#4>>. Acesso em 20/04/2019.

artísticas dos sujeitos se fundem ao processo de ensino/aprendizado para a criação de algo visando a experimentação e fruição do outro. Percebo essa reflexão, sobre o fazer materiais didáticos, como um exercício sensível de se colocar no lugar do outro, pensando nas distintas vivências, limitações, interesses, etc. Claro que é impossível conhecer totalmente as outras pessoas, impossível (re)conhecer todos os alunos que o professor terá ao longo da vida. E é por isso que o material didático especificamente em arte nunca se fecha, não tem muros; estará sempre aberto para diferentes pessoas, diferentes conduções, mediações e possibilidades. Mesmo tendo um objetivo principal, haverá sempre vários caminhos de se chegar a ele, caminhos feitos por mim, por meus colegas e estudantes.

Apesar do meu encantamento com as possibilidades de se construir materiais didáticos diversos para o ensino de arte, não houve forma de escapar do livro didático, devido às especificidades de meu cotidiano, como a atuação em duas escolas, duas cidades, cursos de formação continuada e outras situações que tratarei adiante.

O livro didático

Nas escolas existem livros didáticos de Arte para os professores utilizarem em sala de aula. Alguns são bons, outros nem tanto. Alguns professores preferem não os usar, outros, sim. No caso das escolas públicas é um direito do professor escolher o livro didático a ser utilizado em sua disciplina. Porém às vezes quem faz essa escolha, de forma arbitrária, é a direção da escola, optando pelo livro que bem entender. E quando eles chegam, em alguns casos, não são distribuídos, porque não há exemplares para todos os alunos ou são distribuídos para apenas alguns anos escolares. Essas são situações que me foram relatadas informalmente por professores de diferentes escolas e algumas também vividas por mim.

Diante disso, o professor não pode depender só do livro para dar sua aula. Às vezes ele traz apenas uma cronologia da história da Arte e, mesmo assim, incompleta e apenas do ponto de vista ocidental, europeu, masculino. Conversando com uma professora de uma escola estadual, antes de iniciar minha caminhada na educação, ela me disse que utilizava o livro como uma base para algumas aulas e completava seu planejamento com pesquisas em outras fontes, como na web. Porém, não o utilizava com os alunos na sala de aula pelo fato de não ter para todos, e, mesmo quando tinha, eles não levavam para aula, para não carregar peso e se assentar em duplas.

Em minha prática como professora, que se iniciou há três anos, passei pelas seguintes situações: trabalhei em duas escolas públicas com alunos e realidades bem distintas, sendo que

ao longo do texto vou chamá-las de Escola Cinza e Escola Verde. Durante esse tempo, participei de duas escolhas de livros didáticos da rede estadual nas duas escolas, uma escolha voltada para o Ensino Fundamental - Anos finais, outra, para o Ensino Médio. Focarei aqui nos livros de Ensino Fundamental II, escolhidos através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017. Segundo o Guia Digital do PNLD 2017, o mesmo foi consolidado pelo Decreto nº 7.084 de 27/01/2010 e é “um programa de Estado que distribui às escolas públicas do Brasil livros didáticos, dicionários e outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.”⁴ A escolha foi entre os livros didáticos “Projeto Mosaico” da editora Scipione e “Por Toda Parte” da editora FTD. É importante destacar que essa foi a primeira vez em que o programa incluiu o componente curricular Arte dentre os já contemplados (Ciências, História, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Matemática) pelo PNLD para o Ensino Fundamental - Anos finais, do sexto ao nono ano. Até então só havia livros de Arte no PNLD do Ensino Médio. Fiquei muito feliz com o fato, por se tratar de mais um espaço conquistado pela Arte.

Os dois livros abrangiam as diversas artes: Artes Visuais, Dança, Música, Teatro e Audiovisual, mas em perspectivas diferentes. O “Projeto Mosaico”, da editora Scipione, propunha um trabalho da arte de forma transdisciplinar através do formato de projetos a partir de eixos temáticos. Apesar deste formato ser algo com o qual gosto de trabalhar, os livros dividiam um tipo de arte para cada ano escolar, como podemos constatar no texto abaixo extraído do Guia do PNLD 2017.

A coleção *Projeto Mosaico - Arte* propõe um trabalho transdisciplinar por meio de quatro eixos temáticos: corpo, cidade, planeta e ancestralidade. Cada um desses eixos está articulado com uma determinada modalidade artística, estando assim distribuídos: 6º ano: o corpo com a Dança; 7º ano: a cidade com as Artes Visuais e Audiovisuais; 8º ano: o planeta com a Música; e 9º ano: a ancestralidade com o Teatro.⁵

Seria possível listar alguns outros fatores, mas essa divisão foi fundamental para a não escolha deste livro, visto que minha formação é em Artes Visuais e eu lecionava do sexto ao nono ano. O livro escolhido foi, então, o “Por Toda Parte” da editora FTD, porque ele propunha um trabalho interdisciplinar entre as Artes Audiovisuais, Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Logo, nos livros de cada ano apareciam todas as artes, o que possibilitaria a articulação dos conteúdos em diálogo com as Artes Visuais.

⁴ Guia Digital do PNLD 2017. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/> > Acesso em 03/05/2019.

⁵ Projeto Mosaico. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/> > Acesso em 03/05/2019.

O que chamou minha atenção primeiramente com relação aos livros foram as imagens de qualidade e a possibilidade de cada aluno ter acesso a esse material. Isto porque, a meu ver, aula de arte não deve acontecer sem imagens. Os recursos de imagem que tinha para dar aulas eram bastante distintos nas duas escolas, conforme descreverei a seguir.

Escola Verde

Na escola pública Verde, tive total autonomia para fazer o planejamento de minhas aulas. Essa linha de atuação pedagógica, criada por mim, teve como base os seguintes materiais: a realidade da escola e a comunidade onde estava inserida; meus conhecimentos em Artes Visuais; o Currículo Básico Comum - CBC do Estado de Minas Gerais; e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

Os recursos didáticos que a escola possuía eram uma sala de vídeo, com uma televisão e um DVD. Eu gravava meus vídeos, slides e imagens em DVD's, para utilizar durante a aula. A TV não era grande o suficiente para todo mundo enxergar, então os alunos mais interessados na aula corriam para se sentar nas cadeiras mais próximas ao aparelho. Quando a sala já estava agendada por outro professor da escola, o recurso era imprimir as imagens necessárias para a aula ou buscar livros na biblioteca da escola e em meu acervo pessoal e levá-los para passar de mão em mão entre os alunos. Quando fazia isso, era comum alguém ficar com o livro por um tempo maior observando a imagem ou fazendo um desenho de cópia da mesma e outros colegas começarem a reclamar que ainda não viram. Passei a levar, então, em todas as aulas um livro que eles gostaram bastante e que sempre me servia para exemplos de muitos assuntos que tratamos na história da arte: o “Tudo sobre Arte” de Stephen Farthing e Richard Cork.

Quando da chegada dos livros didáticos na Escola Verde, tive a mesma dificuldade que a professora com a qual conversei anos antes: os alunos realmente não levavam os livros. Passei a utilizá-los como material de apoio para atividades e pesquisa dos alunos. Neste ano sobraram alguns livros e pedi, então, que os deixassem apenas para utilizar na escola, durante as aulas ou como material de consulta na biblioteca, sem a possibilidade de empréstimo domiciliar, já que todos os alunos já haviam recebido os seus. As aulas transcorreram de forma tranquila utilizando os livros dessa forma, tive liberdade em trabalhar as partes que achava mais interessantes dos mesmos e que tinham ligação com minha formação, Artes Visuais. Quando um assunto chamava mais a atenção dos alunos eu desdobrava o mesmo e até surgia a possibilidade de projetos, construídos junto com a classe. O que era muito enriquecedor, pois

não ficava sendo uma aula apenas conteudista e tinha a participação efetiva dos alunos no processo ensino/aprendizagem.

Escola Cinza

No primeiro ano de trabalho na escola pública Cinza (2016) usei um planejamento criado por mim, levando em consideração a realidade ali encontrada, minha formação em Artes Visuais, o CBC do Estado e o PCN. No segundo ano (2017), usei um planejamento que veio pronto, repassado pela diretoria geral da rede desta escola, para todas as suas unidades da mesma junto com o livro didático adotado dentro do PNLD 2017 e no terceiro ano (2018), tive um planejamento engessado feito para cumprir um novo material didático adotado pela rede. Trata-se de situações bem distintas que, aos poucos, foram cerceando minha autonomia na disciplina.

Nesta escola, todas as salas de aula possuíam um projetor digital, computador e telão. Os alunos assistiam minhas aulas com imagens em grandes formatos e eu passeava pelo telão apontando detalhes, talvez nunca vistos por eles, de obras de arte, fotos e vídeos. No mesmo ano de escolha do livro, recebi a notícia de que a escola adotaria o planejamento unificado para todas as unidades da sua rede de ensino. Deparei-me com essa situação no ano de 2016 para 2017. O planejamento de cada disciplina, que antes ficava à cargo de cada professor, foi elaborado, pedindo sugestões de professores de várias unidades da rede e entregue finalizado, para início em 2017. O plano abrangia as Artes Visuais, Dança, Música, Teatro e Audiovisual. Conversei com a direção sobre o planejamento e falei da importância de se ter um profissional com formação específica em cada disciplina das artes e que, como eu era formada em Artes Visuais, lecionaria apenas o conteúdo desta área. Isto não foi aceito, com a seguinte resposta “Vai ter que aprender”.

Nessa ocasião, eu dava aulas particulares de história da arte para uma aluna chamada Karina Dutra⁶, que era professora de música – formada no curso de Piano da Bituca: Universidade de Música Popular, de Barbacena, Minas Gerais – e propus que, ao invés de ela me pagar pelas aulas, que me ensinasse notação musical. E assim foi, durante o mês de janeiro de 2017, fiz aulas de notação musical, aprendi a ler o básico de partituras, fiz uma nova amizade e, posteriormente, me inscrevi em aulas de piano com a mesma professora.

⁶ O uso do nome real foi autorizado pela professora.

Em fevereiro de 2017, com a mudança de direção da escola, antes de iniciar o planejamento redigi um documento à rede alegando que era possível trabalhar alguns conteúdos das outras artes, quando estes dialogam com Artes Visuais, mas que, o conteúdo de Música era muito específico, pois exigia o ensino de notação musical e leitura de partitura. Baseei ainda meu posicionamento alegando que o edital do concurso para lecionar na instituição não previa que o professor de Arte lecionasse todas as linguagens artísticas, citando os trechos do CBC e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC que demonstravam a necessidade de haver um professor para cada arte, apesar das possibilidades de interseção dos respectivos conteúdos da área.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, Artes Visuais, Dança, Música e Teatro constituem as quatro linguagens da Arte, cada uma a ser ministrada pelo respectivo professor, formado em uma das licenciaturas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. A partir da construção histórica das artes na escola brasileira e da legislação vigente, não há formação polivalente em Artes, mas licenciaturas que formam professores em um dos quatro componentes. Assim, o trabalho nos anos finais do Ensino Fundamental privilegia o aprofundamento sucessivo dos processos de ensino e de aprendizagem das artes, visando garantir ao/a estudante o direito a uma continuada autonomia no conhecimento artístico. (BNCC, p.394)

Finalizei o documento com sugestões de se contratar profissionais especialistas nas áreas de Dança, Teatro e Música e/ou que a instituição ofertasse cursos nas distintas linguagens artísticas para os professores de Arte da rede. Ou que priorizasse o ensino da linguagem de formação do professor lotado em cada unidade. Em resposta recebi algumas páginas em formato PDF de uma apostila de música para utilizar em minhas aulas. Um total desrespeito, que é reforçado e visto na redação das leis sobre ensino de arte no Brasil, que deixam brechas para esse tipo de interpretação (do modo como convém a cada escola) e mostrando o descaso pela arte e pela cultura.

Assim que as aulas se iniciaram, em 2017, e os alunos receberam os livros do PNLD, tive uma enorme surpresa quando, empolgados e folheando o material, eles me perguntaram se iríamos utilizá-los e quando iríamos ver “tal coisa”, apontando para as imagens ali contidas. Eles ficaram realmente encantados com as imagens e os conteúdos. Apesar do planejamento unificado que tive de seguir, e que não foi feito com base no livro escolhido, consegui utilizá-lo em alguns momentos com os alunos. Isto porque muitos temas do planejamento se alinhavam com o livro e havia algumas imagens e atividades que se encaixam como exemplo de matérias lecionadas. O livro “Por toda parte”, mesmo que escolhi para a escola Verde, trazia, além de nomes e imagens marcantes na história das artes, artistas contemporâneos de diferentes origens

étnico-sócio-culturais e nomes esquecidos pela história. Foi um material que ampliou bastante nosso repertório, apesar do planejamento específico e engessado conforme foi adotado.

Quando cheguei à parte de notação musical e figuras rítmicas, matéria contemplada no plano do nono ano, choveram questionamentos por parte dos alunos: “Por que temos que aprender isso?” “A gente vai tocar algum instrumento?” “A escola tem todos esses instrumentos para nos emprestar?” Questionamentos válidos, certo?! Eu havia aprendido durante um mês com uma professora formada na área de Música e com o auxílio de um instrumento, o piano, o que eles deveriam ver em três aulas. O resultado foi desinteresse por parte da maioria dos alunos; quem se atentava as aulas eram os mais curiosos e os que já tocavam algum instrumento. A maioria achou difícil o conteúdo e somente tiveram um melhor entendimento na parte de compassos e família de instrumentos, pois associei à fanfarra que existia na escola, da qual muitos participavam ou tinham interesse em fazer parte. Conteí também com a participação de alguns alunos, que possuíam e tocavam algum instrumento para se apresentarem ilustrando exemplos durante as aulas. Estratégias para que nem eu, nem os alunos ficássemos totalmente revoltados com a matéria.

No terceiro ano de trabalho, 2018, após ajustar todo o planejamento do ano anterior, veio uma nova mudança: a rede aderiu ao material didático da editora Positivo. E, desta vez, o planejamento seguia fielmente os livros, pois havia a cobrança de que se utilizasse todo o material adquirido pelos estudantes. Os livros didáticos de arte eram de qualidade e possuíam bastantes imagens, atividades de escrita, reflexão, propostas de atividades artísticas, referências históricas clássicas e contemporâneas, além de atividades e conteúdos em plataformas virtuais. Um livro realmente muito interessante que visava colocar o estudante como protagonista do seu processo de aprendizagem.

O material contemplava as várias áreas da Arte, trazendo ainda conteúdos específicos das áreas, mas articulando um pouco mais com as Artes Visuais, a meu ver. Os livros traziam uma parte falando sobre sua proposta pedagógica, que atende as recomendações da BNCC, com uma concepção de ensino baseada “no trabalho com as seis dimensões do conhecimento: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão” (KALLIL,2018, p.4). Além disso especificavam leis sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte no Brasil, falavam do histórico de mudanças e como ainda é recorrente em muitas escolas entenderem a arte como atividade recreativa de produção de trabalhos para datas comemorativas. O material da forma como foi feito possibilita a importante construção de conhecimento em arte entre professor e estudante, levando em conta conhecimentos prévios dos discentes, sem deixar de ampliar seu repertório, relacionando a arte ao longo da história com obras, expressões e temas contemporâneos. E

abrange também a Lei número 11.645/2008, que diz sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no ensino no currículo oficial da rede de ensino.

Uma preocupação acerca deste novo material foi o fato de que ele apresentava conteúdo para duas aulas semanais de 50 minutos cada e na Escola Cinza as aulas aconteciam uma vez por semana em 45 minutos. Como cumprir todo o material dessa forma? Após uma reunião com professores que trabalham para a editora, eles viram qual era a realidade das aulas de Arte nesta escola, buscaram estratégias e deram dicas de como escolher partes do livro para lecionar os pontos principais do mesmo e não perder muito conteúdo com o tempo reduzido. O livro ainda apresentava muitas propostas de atividades práticas, mas também era preciso adaptá-las ao tempo e não realizava todas elas. E assim foi feito durante aquele ano. Porém o planejamento, com dias fechados para cumprir o livro, não me possibilitava desdobrar em mais aulas um conteúdo que despertava maior interesse nos alunos, como fiz na Escola Verde. O que me fez passar por cima de potenciais projetos que poderiam surgir ali e diminuir o número de aulas práticas.

Leis e livros

Os livros didáticos têm se adequado às mudanças de leis sobre o ensino de arte no Brasil, em especial, naquilo o que tange as propostas da BNCC e a partir da Lei 13.278/2016. Essa lei altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte, discriminando as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro como linguagens que constituirão o componente curricular Arte, obrigatório na educação básica. Para tanto, as escolas procuram reformular seus currículos e as editoras, os livros didáticos, contemplando conteúdos dessas várias linguagens, conforme instituído também pela BNCC como nos exemplos citados neste artigo.

A Arte na BNCC⁷ é colocada como um componente curricular da área de Linguagens, junto com Língua Portuguesa, Educação Física e, no Ensino Fundamental- anos finais, Língua Inglesa e Artes Visuais, Dança, Música e Teatro como unidades temáticas. Esta organização, a meu ver, pode oferecer margem para interpretações equivocadas, como a polivalência no ensino de arte, apesar de ter trechos em que ela cita a necessidade de um professor formado na área específica para lecionar as linguagens artísticas. Acredito que Teatro, Música, Dança e

⁷ Foi analisada neste artigo a versão final da BNCC – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com especificidade para os Anos Finais do EF.

Artes Visuais deveriam estar no documento como componentes curriculares da área Linguagens ou de Arte, como uma área de conhecimento à parte. A BNCC é aberta demais, o que gera interpretações contraditórias. Em seu texto encontra-se o seguinte sobre saberes específicos e integrados:

Ainda que, na BNCC, as linguagens artísticas das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro sejam consideradas em suas especificidades, as experiências e vivências dos sujeitos em sua relação com a Arte não acontecem de forma compartimentada ou estanque. Assim, é importante que o componente curricular Arte leve em conta o diálogo entre essas linguagens, o diálogo com a literatura, além de possibilitar o contato e a reflexão acerca das formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses, o cinema e a performance. (BNCC, p.192)

Ao destacar a importância de o ensino de arte ocorrer de forma descompartimentada, através de diálogos entre suas linguagens, e, ao mesmo tempo, colocar conteúdos muito específicos das mesmas como habilidades a serem ensinadas dentro das unidades temáticas, há neste ponto uma distorção: são conteúdos tão específicos que colocam em questionamento a interação entre áreas e que só são possíveis de serem trabalhados por um profissional formado em curso específico de Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro. Essas habilidades estão relacionadas principalmente aos objetos de conhecimento “Elementos da linguagem”, “Materialidade” e “Processos de criação” de cada unidade temática. Com isso, algumas escolas afirmam que o professor de arte, não importa em qual linguagem é sua formação, tem de lecionar todas elas, reforçando isso junto ao livro didático que apresenta as várias linguagens artísticas e sobre o qual é cobrado que seu conteúdo seja totalmente cumprido até o final do ano letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas escolas o que acontecia era que eu detinha as imagens e os alunos só as acessariam novamente caso pesquisassem na internet. Nesse sentido, o livro didático foi um auxílio. Ele não possuía todas as obras de arte, claro, mas algumas referenciadas às matérias e ainda se destaca o fato de os estudantes poderem acessá-las novamente fora da escola, quando levavam o livro para casa. Percebi que o livro didático não é um vilão, e sim a forma como seu uso é cobrado pela escola, cerceando a liberdade dos professores na atuação do ensino de Arte, como no caso relatado. Ele não é algo totalmente necessário para o ensino de Arte, mas

configura uma ferramenta de apoio aos estudos, pesquisas e planejamentos, tanto para professores, quanto para os alunos. Mais que um objeto de ensino, o livro didático, que se mostrou a princípio uma ferramenta de engessamento do meu planejamento para a disciplina, foi também ferramenta de reafirmação dos pormenores do ensino da Arte no Brasil. Ao trazer em seu corpo, nas “propostas pedagógicas”, “apresentações” e “manual do professor”, a história da longa caminhada do ensino da Arte e suas mudanças em nosso país, o que me fez lembrar de tudo que estudei na Licenciatura em Artes Visuais e servir como mais uma prova do que defendo: a atuação do professor de Arte de acordo sua formação. Como, por exemplo, no livro do oitavo ano, que tinha em seu conteúdo uma partitura musical e trazia o seguinte texto nas orientações metodológicas: “Aprender a ler uma partitura é algo complexo, que exige vários anos de estudos, em uma escola voltada para o ensino de música. No âmbito do Ensino Fundamental, é suficiente apresentar aos alunos a função desse tipo de registro.”(KALLIL,2018, p.18) Que era exatamente o que eu queria que a escola entendesse naquele ano de 2017, quando foi introduzida Música no planejamento .

E também ficar atenta ao quanto cada vírgula que se mexe e cada palavra que se troca nas leis e documentos da educação, pensando ser um sinônimo (sem analisar o real significado para a área de Arte, neste caso), abre frestas em tudo que já foi conquistado e margem para pensarem poder fazer o que quiser com a disciplina Arte e seus docentes. E que a interpretação equivocada do professor como polivalente, pode contribuir como argumento para as instituições de ensino evitarem gastos com a contratação de outros profissionais das áreas de conhecimentos artísticos específicos.

Ao rever minha trajetória ainda curta na educação, mas com muitos desafios, me permiti essa autorreflexão e auto interpretação crítica do meu processo de formação como professora/artista, o qual continua a cada ano, a cada nova escola, a cada nova turma e novos estudantes que encontro pela frente. Caminhei - e pretendo continuar caminhando - nessa pesquisa autobiográfica, juntamente com os cursos de formação continuada, como esta Especialização em Ensino de Artes Visuais da UFJF, a qual foi estopim, que despertou meu senso crítico sobre a minha prática docente, minhas inquietações sobre o cotidiano das escolas e trouxe também novas ideias, novos modos de transver⁸ - como diria Manuel de Barros - o ensino da Arte.

⁸ “O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo” (BARROS, 1998)

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. **Para uma história (social) da Arte brasileira**. In: *Sobre a arte brasileira: da Pré-história aos anos 1960*. Fabiana Werneck Barcinsck (org.) São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2015.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em 03/05/2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.278, de 2 de Maio de 2016**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm>. Acesso em

20/04/2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017**. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/>>. Acesso em 03/05/2019.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista

Brasileira de Educação. 2002, n.19, pp.20-28. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-4782002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 27/04/2019.

DEWEY, John. **A criatura viva**. In: *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.59-84.

FARTHING, Stephen, 1950-**Tudo sobre arte** / Stephen Farthing [tradução de Paulo Polzonoff Jr. et al.]. - Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari. **Por toda parte, 9* ano** / Solange dos Santos Utuari Ferrari...[et al.]. - 1. ed. - São Paulo : FTD, 2015.

Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>> Acesso em 20/04/2019.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez. 2004

KALIL, Emanuella. **Arte: 8*ano** / Emanuella Kalil, Franco CaldasFuchs; ilustrações Jack Art, Mateus Lins, Shutterstock. - Curitiba: Positivo, 2018. v.1 : il.